

IFTO/ E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A MICRORREGIÃO BICO DO PAPAGAIO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS

Luzia Matos Lima¹, Elvira Aparecida Simões de Araujo²

¹Mestranda do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. E-mail: luzmat@ifto.edu.br

²Doutora em Educação (UNICAMP), docente do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. E-mail: elvirasaraujo@gmail.com

RESUMO:

O artigo busca situar reflexões em torno do contexto agrário e suas influências nos novos direcionamentos e demandas educacionais para o extremo norte do Tocantins, por sua história, sua posição geográfica na Amazônia Legal, suas demandas e seus desafios quanto a promoção de desenvolvimento sustentável e os desafios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/IFTO – Campus Araguatins, como instituição promotora de educação nos diferentes níveis, e atuação direta no setor agropecuário. As reflexões do estudo foram pautadas em pesquisa bibliográfica e documental que permitiram situar contrastes econômicos e sociais divergentes com relevantes desafios educacionais a serem superados, sendo importante para posterior direcionamentos de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável diante do contexto produtivo fortemente ligado a agropecuária explorado de forma precária e extensiva.

Palavras-chave: assentamentos, sustentabilidade, bico do papagaio, desenvolvimento regional

1. INTRODUÇÃO

O artigo busca situar reflexões em torno do contexto agrário e suas influências nos novos direcionamentos e demandas educacionais na promoção do desenvolvimento da Microrregião do Bico do Papagaio no Tocantins. Ao apresentar o contexto agrário norteador das bases econômicas, sociais e educacionais, a reflexão busca mostrar um território geograficamente formado de pequenas propriedades rurais, assentamentos, pescadores, agricultores familiares e grandes fazendas de criação de gado, convivendo com baixo uso de técnicas produtivas e temporariedade educacional no sentido de gerir sustentavelmente nos meios de produção.

Por ser parte integrante da Amazônia Legal, a microrregião possui forte apelo ambiental, o que torna importante as colocações de Young e Lustosa (2001, p. 15), que, ao falarem da relação de hábitos de consumo não sustentáveis, especificam que os padrões de consumo de uma sociedade determinam o quanto essa sociedade faz com seu meio ambiente: destrói ou conserva. Prisma pelo qual se conclui que as gerações precisam ser educadas para a sustentabilidade. Importância essa visualizada pela UNESCO (2005) no Relatório sobre a Educação para o século XXI, quando a coloca sobre os quatro pilares de sustentação: “aprender a fazer, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a ser”, evidenciando a necessidade de direcionamentos educacionais de encontro às necessidades sociais e ambientais.

Refletir as especificidades da microrregião, torna-se importante para posterior direcionamentos de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável diante do contexto produtivo fortemente ligado a agropecuária explorado de forma precária e extensiva.

No cerne de criação dos Institutos Federais como política de governo para a educação profissional e tecnológica em si, já possuem a questão do desenvolvimento local e regional como um de seus motes a partir de necessidades endógenas do território de inserção, o que coloca em seu cerne um modelo de educação não como mera instrumentalizadora, mas como potencializadora fornecendo ao indivíduo condições para desenvolver-se de forma interativa com sua realidade:

Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o desconhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a tornar-se credenciados

a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional. (MEC 2010, p. 23)

Ao criar os Institutos Federais por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o governo entende haver criado um novo conceito de política pública para o setor. Instituições que se diferenciam por articular educação superior, básica e profissional pluricurricular e multicampi consolidando assim de forma ampla seu papel social visceralmente vinculado ao bem social, tendo como abrangência territorial de ação a dimensão mesorregional de localização na estrutura multicampi, podendo ir além dela, quando se concebe sua atuação em rede. (MEC/SETEC, 2008).

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008)

Na condição de instituição de educação profissional e tecnológica devidamente comprometida com o desenvolvimento local e regional, é imprescindível aos Institutos como que parte de seu “DNA” conhecer a vocação produtiva local, e investir no potencial técnico e acadêmico na formação e “inserção de mão de obra qualificada neste mesmo espaço”. Agora com novos saberes estrategicamente consubstanciados no perfil da região de abrangência em todas as suas vertentes, sejam elas: econômica, social e cultural (MEC, 2008).

Se for defensável que as políticas para a educação profissional e tecnológica devem ter um preceito os interesses da sociedade, e se for defensável também que é função precípua dos Institutos Federais atuar a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, qualquer que seja a esfera delimitada para atuação dos Institutos Federais, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógico possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes. (MEC, 2008 p. 37)

2. REGIÃO DE INSERÇÃO DO CAMPUS ARAGUATINS

2.1 Região Bico do Papagaio: caracterização



Figura 1- Mesorregião do Bico do Papagaio
Fonte: MI/SPR (2009)

Geograficamente, o território brasileiro é dividido em macrorregião: Sudeste, Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste, mesorregião e microrregião. Está formada por um determinado número de municípios, que no conjunto originam as mesorregiões, todas definidas de acordo com sua homogeneidade ou estrutura produtiva. Ficando assim a região definida a partir de índices intimamente ligados entre si:

[...] nível de renda (pobreza versus riqueza), estrutura produtiva (base agrícola versus base industrial), estrutura urbana (meio urbano versus meio rural), modos de transportes e a dotação de recursos naturais. Esses elementos estão na base dos conceitos de acessibilidade, economias e deseconomias de aglomeração, entre outros. (SOUZA, 2009, p. 21)

O Governo Federal com suas políticas de intervenções do MI/SPR/Ministério da Integração por meio da Secretaria de Programas Regionais delimita as chamadas mesorregiões muitas vezes envolvendo territórios de um ou mais estados, como por exemplo a Mesorregião Bico do Papagaio que envolve parte de três estados: Pará, Maranhão e Tocantins.

A denominação “Bico do Papagaio” possui duas dimensões: meso e microrregião, e originou-se pelo contorno geográfico do extremo norte do Estado de Tocantins lembrar a cabeça e o bico de um papagaio, exatamente onde encontram-se o Rio Araguaia com o Tocantins na altura da cidade de Esperantina.

Na dimensão mesorregional engloba 66 municípios distribuídos ao norte do Estado de Tocantins com 25 municípios, sudoeste do Maranhão com 16 municípios e sul do Pará com 25 municípios. Partes integrantes da Amazônia Legal a região é banhada principalmente pelos dois grandes rios Araguaia e Tocantins com área total de 140.109,5 km², marcada por confluência do cerrado e mata amazônica, sendo possível destacar como atividades econômicas predominante a produção agropecuária, extração vegetal e mineral com sistemas produtivos com baixa utilização de tecnologias. A pecuária tanto a de corte, como de leite, encontra-se caracterizado em extensiva com predominância do boi de pasto. (MI/SPR, 2009)

No Estado do Maranhão e Tocantins, a microrregião se restringe a municípios de cada estado, o que não acontece no Pará, onde os municípios estão organizados em seis microrregiões, justificado pela dispersão do Estado.

No Tocantins dos 139 municípios, 25 fazem parte da Microrregião que possui Área total de: 15.852,60 Km². (figura 2)

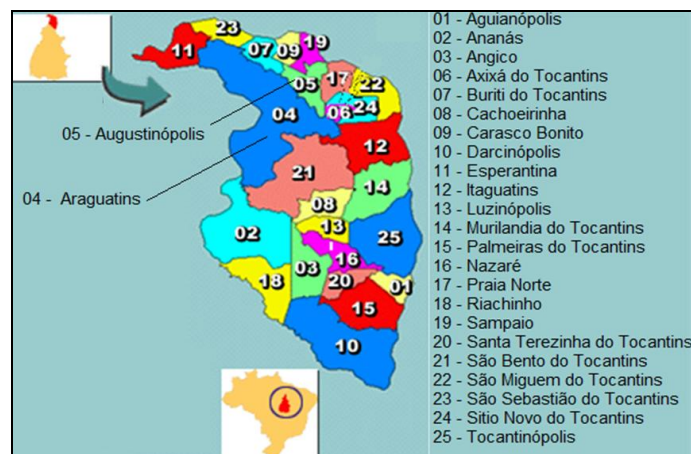


Figura 2 - Mapa Bico do Papagaio extremo norte Estado do Tocantins
Fonte: citybrazil (site) 2011

2.2 Contexto Agrário

A Região Norte, a Mesorregião, assim como da Microrregião Bico do Papagaio, possuem em sua história marcas de intensos conflitos e mortes advindos de confrontos entre fazendeiros e pequenos posseiros motivados por disputas pela posse de terras e controle dos recursos naturais no decorrer dos anos 70, 80 e 90. Período em que se caracterizou como principal foco de tensão agrária em território brasileiro. (SPR, 2009) Fruto de diferentes processos de produção do espaço agrário do Brasil em si, marcado por grandes concentrações de terras nas mãos de poucos, e, a consequente exploração e expropriação dos camponeses. (RAGGI e MARTINS, 2009).

Contexto histórico esse que acabou por caracterizar não só a mesorregião, mas toda a Região Norte com números consideráveis de assentamentos de reforma agrária.

Feijó (2011, p. 289) cita que entre 2003 a 2008, “a Região Norte sozinha concentrou 47% do percentual do número de famílias assentadas, ficando 3% no Sul, 4% no Sudeste, 16% no Centro-Oeste e 30% no Nordeste”.

Dados do PAC/Programa de Aceleração do Crescimento (2007 – 2010 [site]) citam que no Território da Cidadania no Bico do Papagaio, possuem 7.406 agricultores familiares, 5.644 famílias assentadas, 1.533 pescadores e uma terra indígena, com 61.012 habitantes na zona rural. A exemplo disso, o município de Araguatins, o maior da microrregião com 31.329 habitantes, 11.194 vivem na zona rural.

Dados do INCRA (2010) enumeram um total de 4.958 famílias assentadas em diferentes PAs (Projetos de Assentamentos) de reforma agrária no extremo norte do Tocantins ou Microrregião do Bico do Papagaio, existindo ainda outras modalidades de assentamentos.

Pontos, a partir dos quais, torna visível e intrínseca vinculação da maioria dos municípios da microrregião com o setor rural.

Na dimensão estadual como um todo, segundo a SEPLAN (2009) o Estado possui 17 atividades importantes, mas apenas cinco delas possuem maior peso: administração, saúde, e educação públicas; construção civil; comércio e serviços de manutenção e reparação; agricultura, silvicultura e exploração florestal; pecuária e pesca. Ficando em destaque na participação do VA (valor adicional) bruto de 2009, três setores: Agropecuária com 20,6%, Indústria com 22,8% e serviço com 56,6%, com um custo logístico em torno de 6% do PIB (Produto Interno Bruto), por sua grande dependência do modal rodoviário. Um problema de grande importância para o escoamento da produção, que coloca em evidência, a importância da Ferrovia Norte Sul, com 853,5 km em território tocantinense para o desenvolvimento do Estado.

No setor agropecuário dados do IBGE (2010) destacam a produção de soja, a cana-de-açúcar, arroz, milho, sorgo, melancia, abacaxi, banana e bovinocultura, nos termos das tabelas 1 e 2, onde é possível visualizar ainda a incidência de cada produção nos 25 municípios da microrregião Bico do Papagaio no Tocantins.

Na exportação, destaca-se a soja, carnes e derivados e abacaxi.

Tabela 1 - Culturas de destaque no Tocantins

Produto	2009 Produção	2010 Produção	Medida	Aumento ou Queda Produção %	Índice de incidência nos 139 municípios do Estado	Incidência nos 25 Municípios do Bico do Papagaio-TO
Soja	875.428	991.326	Tonelada	11,4%	54,7%	1
Arroz	376.749	447.320	Tonelada	15,8%	100%	25
Milho	250.451	282.475	Tonelada	11,3%	100%	25
Cana-de-açúcar	664.284	715.315	Tonelada	7,1%	47%	2
Melancia	88.135	87.224	Tonelada	- 1,04%	8,6%	1
Abacaxi	59.601	41.946	Mil frutos	- 42%	39%	06
Banana (cachos)	25.348	25.141	Tonelada	- 0,82%	84%	17

Fonte: Organizada pela autora com dados do IBGE 2009 – 2010

Despontando a produção de biocombustíveis, a partir de culturas como babaçu, soja e pinhão-mansão. Que segundo Doppler e Finco (2011) em 2009 totalizou 38.580 milhões de litros vendidos em leilões nacionais, representado pelas empresas Brasil Ecodiesel com unidade de produção em Porto Nacional, nas proximidades da Ferrovia Norte-Sul, a 60km ao norte de Palmas com 34 milhões de litros; a Biotins Energia na cidade de Paraíso do Tocantins às margens da BR 153 (Belém-Brasília) a mais ou menos 70 km a oeste de Palmas com 4,5 milhões de litros.

Tabela 2 - Produção de origem animal de destaque no Tocantins

Produto	2009 Produção	2010 Produção	Medida	Aumento Produção %	Índice de incidência no Estado
Bovinos	7.605.249	7.994.200	Cabeça	5,1%	100%
Leite de Vaca	233.028	269.495	Mil Litros	15,6%	100%
Suínos	254.181	266.040	Cabeça	4,7%	100%
Caprinos	23.467	25.167	Cabeça	7,2%	98%
Ovinos	89.265	108.062	Cabeça	21%	99%
Bubalinos	9.566	9.280	Cabeça	-3%	57%
Frangos, pintos frangas, galos	3.101.570	2.700.380	Cabeça	-12,9%	100%
Galinhas	1.198.900	1.455.614	Cabeça	21,%	100%
Ovos	7.132	8.415	Mil dúzia	18%	100%
Mel	129.885	156.771	Kg	20,7%	49%

Fonte: Tabela organizada pela autora com dados do IBGE 2009 – 2010

Segundo ainda Doppler e Finco (2011) a geração de emprego com pinhão ficou na média de 250 empregos na agricultura familiar e 2 mil na agricultura comercial. Já mamona embora não seja produzida em grande escala, a geração de emprego ficou entorno de 300 postos de trabalhos. Cabendo a soja maior parte no setor gerando uma média de 4.750 empregos.

2.3 Demandas Educacionais no Contexto Agrário

Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil, realizada pelo INCRA (2010), aponta que no Tocantins apenas 1,48% das famílias possui curso superior, 18,50% são analfabetos, 63,93% só cursaram algumas séries do Ensino Fundamental, e 16,1% concluíram ou estão concluindo o Ensino Médio. Contexto que, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/Pronea, aponta trabalhos e demandas de cursos técnico-profissionalizantes de nível médio em áreas como: Agropecuária, Agricultura Familiar, Zootecnia, Agroindústria, Agroecologia, Enfermagem, Saúde Comunitária, Gestão, Cooperativismo, Normal Médio e Rádio Comunitária.

No ensino superior lista cursos em áreas como: Ciências Agrárias, Engenharia Agrônômica, Direito, Ciências Sociais, Administração, Geografia, Pedagogia das Águas, Letras, Pedagogia, Jornalismo, História, Artes Licenciatura em Educação do Campo; e Pós-Graduação/especialização lato sensu: Educação do Campo e Agricultura Familiar.

Já a RURALTINS/ Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (2011, p.18) relaciona na Área Econômica Produtiva demandas de capacitações como:

Introdução de variedades resistentes e produtivas; preparo do solo; tratamento de semente/manivas; densidade de plantio; Seleção de manivas; Controle de ervas daninhas; irrigação e fertirrigação; colheita e pós colheita; o cultivo protegido; Produção integrada; Agroecologia; genético; Orientar a obtenção higiênica do leite; manejo de pastagens; produção de reserva alimentar na seca; construção das instalações; higiene das instalações /equipamentos; manejo das criações; alimentação e nutrição.

Demandas que direciona a uma reflexão sobre a importância da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, criada em 1985 e em 2008 transformada em campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/IFTO para o Bico do Papagaio como propulsora de capacitação para o desenvolvimento regional e local com sustentabilidade nas áreas que lhe são inerentes.

Para Machado (2010), a educação profissional possui especificidades que visam o desenvolvimento de competências que interessam aos indivíduos, às empresas, à sociedade e governos, com um ensino-aprendizagem contextualizado e significativo para as necessidades humanas e sociais.

Para Pessoti (1995), a importância das instituições que oferecem ensino ligado ao setor agropecuário por exemplo, baseia-se em que o ensino agrícola é alternativo para o aprimoramento das condições de melhorias do conhecimento cultural e desenvolvimento do homem do campo, pois não possuem conhecimentos necessários para realizar com eficiência sua tarefa, e esse trabalhador rural necessita acompanhar e incorporar de forma adequada o processo produtivo.

Ramos (2005, p. 59) falando da relevância das políticas educacionais no campo reforça citando:

[...] gera emprego; produção de alimentos básicos para a população urbana, o que na maioria vem de agricultores familiares; evita a migração dessa população para as periferias das cidades em péssimas condições de sobrevivência. E ainda salienta o fato de que a questão agrária envolve toda a conjuntura do setor primário. Por exemplo: produção, armazenamento, comercialização, políticas de créditos e infraestrutura, educação.

Pontos a partir dos quais são significativas as colocações de Vale, (1996, p.20) sobre as necessidades sociais:

A alimentação, a moradia, o emprego, a saúde e a educação escolar se alinham como os principais *bens sociais* que o povo reconhece como prioridades sociais; sem alimentação adequada para todos, sem emprego que permita uma subsistência digna, sem o bem estar físico e psíquico, sem instrução significativa que beneficie a todos fica difícil pensar numa sociedade equilibrada e menos desigual.

De acordo com Serra e Rolim (2009), na moderna concepção de desenvolvimento regional só terão condições de se desenvolver aquelas regiões que conseguirem projetos políticos que agreguem seus diferentes atores, assim como a vertente econômica e os conhecimentos existentes na mesma, aumentando assim sua competitividade. E referindo-se a Cooke e Morgan (1998) eles apontam que na constituição de um Sistema Regional de Inovação, que de fato venha a impulsionar o desenvolvimento, precisam estar interligados três outros subsistemas: financeiro, aprendizagem e a cultura.

O financeiro, no sentido de sem o qual a inovação ficaria reduzida, especialmente em regiões com predominância de pequenas e médias empresas; aprendizagem como fundamental, pois para eles restrições ao sistema de aprendizagem é o mesmo que restringir o acesso ao conhecimento acumulado, o que significa anulação da possibilidade de gerar algum tipo de inovação. Não uma aprendizagem que forneça competência no sentido de habilidade para realização de uma tarefa, mas aquela que produz capacitação, que eles colocam como sendo de acordo com a definição de Cook; Morgan (1998): uma “a aprendizagem que traz compreensão dos mecanismos subjacentes à solução do problema envolvido na tarefa”; Cultura no sentido de que precisa ser uma cultura produtiva, aquela que vai determinar o grau de envolvimento local com os arranjos produtivos da região, o ambiente e as atitudes de seus atores em relação ao sistema produtivo decorrente de uma cultura técnica somada àquela passada de pai para filho.

No norte do Tocantins pela temporalidade de inserção educacional, no direcionamento do ensino superior e as especificidades das cadeias produtivas ligadas ao setor primário, bem como o histórico nada conservacionista do brasileiro, fazem-se urgentes políticas que viabilizem uma cultura de aprendizagem voltada para o meio ambiente, onde as instituições de fato façam essa ligação, com mais envolvimento com a comunidade de inserção.

Em uma avaliação mais profunda sobre essa realidade, é possível perceber que o contexto agrário da microrregião representa desafios educacionais importantes para adequar-se ao novo direcionamento produtivo que considera a agricultura familiar, assentados, posseiros e pecuaristas peças fundamentais para o desenvolvimento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se percebe, diante dos estudos, é que as modificações ocorridas ao longo da história propiciaram e continuam propiciando momentos de grandes mudanças e oportunidades à região com a inclusão de uma nova estrutura em seu contexto agrário, educacional, social e econômico. Porém, ainda existe muito a ser feito bem como o estabelecimento de uma cultura produtiva direcionada para

as demandas regionais nos termos que colocam Rolim e Serra na constituição de um Sistema Regional de Inovação, que de fato venham a impulsionar o desenvolvimento onde estejam interligados os subsistemas: financeiro, aprendizagem e a cultura.

E cultura no sentido colocado por eles - uma cultura produtiva, aquela que vai determinar o grau de envolvimento local com os arranjos produtivos da região, o ambiente e as atitudes de seus atores em relação ao sistema produtivo de fato faz-se necessário a região.

Enfim, é possível perceber que o contexto histórico e geográfico em que a região está inserida é um enredo a parte da longa e rica jornada em busca de uma educação que esteja dentro do contexto necessário para transformar de fato essa cultura da sobrevivência acomodada e lenta da vida rural e regional por um desenvolvimento regional sustentável, dentro do pensamento de Sachs (2010, p.10) ao explica que o adjetivo sustentabilidade deveria segundo ele ter os seguintes desdobramentos: “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo”.

REFERÊNCIAS

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. **Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural**. São Paulo. LTC Editora, 2010.

IBGE Cidades 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>, acessado de 10 a 18/12/11.

_____. **População da Cidade de Araguatins-TO, 2010** -. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> acesso em 11/07/2011

INCRA. **Relação de Projetos de Reforma Agrária: conforme fase de implantação – Relatório 0227 de 18/08/2011**. P. 258 a 270. Acessado em 13/12/11 16:21. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=399

_____. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/Pronera** Publicação Especial nº 06 - Dezembro de 2010, p. 15. Acessado em 17/12/11 22:06 Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/>

INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - **Histórico da Reforma Agrária**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=269&Itemid=289 04/12/2011 23:06

_____. **Relação de Projetos de Reforma Agrária: conforme fase de implantação – Relatório 0227 de 18/08/2011**. P. 258 a 270. Acesso em 13/12/11 16h21min. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=399.

MEC/SENTEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Livreto Institucional - Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Concepção e Diretrizes**, junho de 2008. Disponível em: http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=50 Acesso em 31/10/2012 às 00:00

MEC/SENTEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Livreto Institucional - Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Concepção e Diretrizes**, junho de 2008. Disponível em: http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=50 acesso em 31/10/2012 às 00:00

MEC/SETEC - Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. v. 2, n. 2, (nov. 2009). Brasília, 2009.

MI/SPR - MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL/ SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS. **Plano de Ação da Mesorregião do Bico do Papagaio de 2009.**

Disponível em: http://www.integraregio.com.br/file.php/1/Biblioteca/Planejamento_Regional/Plano_de_Acao_da_Mesorregiao_Bico_do_Papagaio.pdf acesso em julho de 2009.

MDA/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/ SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Sistema de Gestão Estratégica Documento de Referência, 2010. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html> Acesso em: 19/12/11 00:26**

NASCIMENTO, Junior Batista. **História e Geografia do Tocantins**. Editora Bandeirante, Goiânia-GO, 2011.

PAC/Programa de Aceleração do Crescimento. **Balanço 2007-2010**, Comitê Gestor do PAC Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/estaduais/tocantins-1> Acessado em: 28/12/11 às 21:50

PESSOTTI, Alda Luzia, **Ensino Médio Rural: Contradições da formação em alternância**. UFES – Secretaria de Produção e Difusão Rural. 1995.

RAGGI, Roberta Vieira e MARTINS, Sergio Manuel Merêncio. **Contradições do Planejamento de Assentamentos Rurais: Um Estudo de Caso da Comunidade de Resistência Roseli Nunes – Pequi - MG**. Revista Geografias - artigos científicos. Jan-jun/2010 pg. 42-56. Belo Horizonte/MG.

RAMOS, Marise Nogueira.

ROLIM, Cássio et al. **Universidade e Desenvolvimento Regional: apoio das Instituições de Ensino Superior ao Desenvolvimento Regional**. Curitiba-PR: Juruá Editora, 2009.

RURALTINS/ Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins. **Plano Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural 2011**. Supervisão Regional em Araguatins. (material fornecido pelo escritório local)

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para Desenvolvimento Sustentável no Plano Internacional de Implantação 2005-2014**. Edição 2005 publicada pelo Escritório da UNESCO no Brasil Título original: United Nations Decade of Education for Sustainable Development 2004-2005 - Draft International Implementation Scheme, New York, October 2004. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf acesso em: 26/11/11 às 18:12.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. **A Questão Ambiental no Esquema Centro-Periferia**. Revista ECONOMIA, Niterói (RJ), v.4, n. 2, p.201-221, jul./dez. 2003